



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638871 - SC (2021/0003288-1)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : TALES BENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de TALES BENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (5046681-02.2020.8.24.0000).

O paciente foi condenado às penas de 4 anos e 2 meses de reclusão em regime inicialmente fechado e de 416 dias-multa, pela prática da conduta típica descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Na sentença condenatória, o magistrado manteve a prisão preventiva do paciente, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.

A impetrante sustenta que estão ausentes os requisitos da prisão cautelar e que o paciente está enquadrado no grupo de risco da covid-19 por ser portador de diabetes, hipertensão arterial e obesidade mórbida, conforme Recomendação n. 62/20.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem de *habeas corpus*, expedindo-se o competente alvará de soltura para restabelecer a liberdade do paciente imediatamente, até julgamento definitivo do *writ* e, ao final, concedida ou não a liminar, seja cassada a decisão monocrática do TJSC, para conceder a liminar pleiteada no *habeas corpus* impetrado na origem, declarando a nulidade da decisão que manteve a prisão preventiva em virtude de inexistir extrema necessidade à segregação cautelar diante da pandemia de covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre

de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

Nesse sentido, o TJSC destacou:

Ocorre que, conforme consignado pelo juízo de primeiro grau na sentença, não obstante as aventadas doenças do paciente, o médico do ergástulo manifestou-se em 14-10-2020 pela desnecessidade da medida de prisão domiciliar, ressaltando haver pleno atendimento médico à disposição do paciente no interior do ergástulo (evento 34 do feito originário).

Por outro vértice, conquanto o paciente ostente, em tese, bons predicados, as circunstâncias suso mencionadas impossibilitam a substituição da prisão preventiva por medidas diversas, sobretudo porque o paciente foi condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade superior à quatro anos de reclusão, pois transportava, segundo o juízo *a quo*, expressiva quantidade de droga.

Além do mais, estão demonstradas a materialidade e indícios da autoria delitiva, conforme os documentos acostados no auto de prisão em flagrante, termo de exibição e apreensão, boletim de ocorrência, laudo preliminar e depoimentos prestados pelos agentes públicos que realizaram a prisão daquele. [...]

O juízo *a quo*, portanto, com total responsabilidade social, julgou ser necessária a manutenção da prisão provisória do paciente para garantia da ordem pública, e, nesse sentido, apontou sérios e suficientes fundamentos para justificar a decisão, devendo ser privilegiado o princípio da confiança no juiz da causa, uma vez que se encontra próximo das partes, e está mais a par dos acontecimentos. [...]

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente